

A crise política não congela a econômica

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, está procurando retomar a iniciativa política, depois de duas semanas de noticiário dominado pelo escândalo em torno do empresário Paulo César Farias. O ministro tem a seu favor novas previsões de algum crescimento econômico neste ano, uma inflação ainda contida entre 22% e 23% ao mês e o avanço dos entendimentos com os bancos credores, além, é claro, de um inequívoco apoio empresarial.

A idéia de reconvocar as câmaras setoriais para uma reunião geral entra nesse quadro. Será oportuna uma revisão geral dos dados da economia, num encontro com representantes do empresariado e dos trabalhadores, para um balanço das principais dificuldades e para a fixação de metas comuns.

A renovação do acordo com a indústria automobilística é um fator positivo, pois mostra a possibilidade de cooperação entre governo, trabalhadores e empresários. O envio do projeto de reforma fiscal ao Congresso, previsto para o dia 14, também torna re-

comendável a busca de consenso quanto às mudanças básicas.

É preciso não esquecer que a crise política não elimina, nem congela, os grandes problemas da economia. A inflação continua acima de 20% ao mês, o desemprego permanece elevado e as contas públicas ainda estão desequilibradas, impedindo tanto a estabilização dos preços quanto os investimentos necessários ao crescimento e ao bem-estar. A crise econômica, portanto, não pode ser posta de lado como questão secundária enquanto se resolvem outros problemas da República.

Por mais que se deseje olhar para o outro lado, alguns sinais de alerta não podem ser desconhecidos. A evolução dos ativos financeiros é um desses dados. O Banco Central tem conseguido algum controle sobre a expansão dos depósitos a vista e do dinheiro em poder do público, os dois componentes da moeda em sentido mais estrito. Mas isso tem sido possível graças a um aumento da dívida pública e de outros ativos de prazo muito curto, caracterizados, portanto, por elevada li-

quidez.

Isso quer dizer que a política monetária tende a perder eficácia como instrumento de combate à inflação. Embora algumas condições devam melhorar neste semestre — a liberação dos cruzados, por exemplo, deve terminar em agosto —, a atitude mais razoável deve ser de cautela. Quanto mais cedo se fortalecer a política fiscal, mais depressa se poderá reduzir o peso suportado pela política monetária. Mais rapidamente se poderá também trabalhar com juros menores.

Além da crise econômica, há as questões de rotina, componentes normais da vida nacional. Como o País, presumivelmente, não acabará nos próximos meses, milhões de brasileiros precisarão continuar comendo em 1993.

É tempo de se planejar, portanto, o financiamento da próxima safra de verão. A última foi satisfatória e não há por que a próxima não deva ser melhor, se não houver um desastre meteorológico. Os escândalos políticos não deveriam obscurecer esses fatos.